

Ministério da Integração Nacional reduz desigualdades regionais

As ações do Ministério da Integração Nacional criam alternativas de crescimento nas diversas regiões do país

Infra-estrutura

Projetos vêm sendo implementados nos últimos anos envolvendo uma área de aproximadamente 130 mil hectares, que trarão benefícios a uma população de 350 mil habitantes em 35 municípios da região Centro-Norte.

Pág. 5

Políticas regionais

Contempla múltiplas escalas geográficas para acomodar ações voltadas essencialmente à dinamização econômica e ao apoio à organização sócio-produtiva das regiões. Prevê a articulação das ações federais com as dos demais entes da federação.

Pág. 6

Centro-Oeste

Objetiva aperfeiçoar os instrumentos de planejamento e gestão da região para o cumprimento de sua missão, desenvolve ações efetivas rumo ao fortalecimento da capacidade competitiva e do desempenho econômico do setor produtivo regional.

Pág. 2

Projeto São Francisco em discussão



O governo federal reuniu representantes dos governos estaduais do Nordeste e das diferentes entidades e instituições da sociedade civil para debater e recolher sugestões para o Projeto São Francisco.

Realinhamento Estratégico da Codevasf



A Codevasf implementa novo perfil para o agente de desenvolvimento. Nesse processo, a comunidade será uma das principais beneficiadas

■ Os recursos empenhados da Codevasf
Pág. 7

■ Retrospectiva das Superintendências Regionais
Pág. 8

■ Transferência de gestão nos perímetros de irrigação
Pág. 7

Para o Centro-Oeste, uma atenção especial

A região Centro-Oeste é alvo de expressivo esforço político e estratégico do Ministério da Integração Nacional (MI), que pretende estabelecer novas bases para o desenvolvimento. Em 2000, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de planejamento e gestão da Região. Para o cumprimento de sua missão, a Secretaria assumiu importantes atribuições que a habilitam a desenvolver ações efetivas rumo ao fortalecimento da capacidade competitiva e do desempenho econômico do setor produtivo regional. Cabe à Secretaria gerenciar, em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento e com o Banco do Brasil, a administração dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

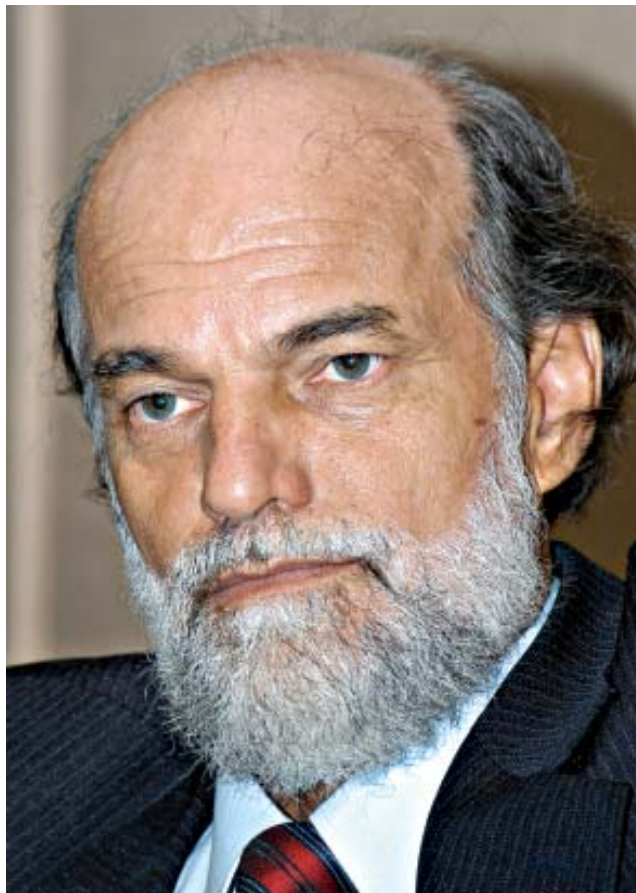
Ainda por decorrência das atribuições previstas na sua criação, a SCO abriga a estrutura administrativa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), além de assessorar o Ministro da Integração na condução de seu Conselho de Administração (Coaride). É responsável também pela elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região. A participação da sociedade se estrutura em três técnicas diferenciadas: entrevistas com especialistas e técnicos da Região; Consulta Delfos, método estruturado de manifestação dos formadores de opinião do Centro-Oeste; Oficinas de trabalho, envolvendo grupos e segmentos organizados da sociedade para negociação dos seus interesses diferenciados. Programas desenvolvidos:

FAIXA DE FRONTEIRA

O programa Faixa de Fronteira busca promover a superação das desigualdades intra e interregionais pelo aproveitamento das especificidades locais considerando os diversos níveis de participação da sociedade. Ele promove o desenvolvimento do Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.

PROMOVER E PROMESO

O Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER permite a inserção competitiva de



Athos Magno Costa e Silva, secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste

atividades produtivas nas economias local, regional, nacional e internacional, enquanto o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, (Promeso) aumenta a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intrarregionais.

REGIÃO INTEGRADA

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), busca o aprimoramento da qualidade e ampliação dos serviços públicos essenciais no Distrito Federal, em 19 municípios de Goiás e em 3 de Minas Gerais. Dá ênfase também às atividades de promoção da atividade econômica regional criando empregos e gerando renda. A busca desses objetivos reúne, num esforço conjunto, os Governos Federal, do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais e Municipais, integrantes da Ride, além da participação de todas as comunidades locais.

Ações no Centro-Oeste

período 2003/2005

PROMOVER / PROMESO/ Faixa de Fronteira e APLs

- Microrregião de Dourados - Programa de Assistência Técnica aos pequenos piscicultores. R\$ 408 mil.
- Circuito da Biosfera de Goiás (Chapada dos Veadeiros) - Estruturar o Arranjo Produtivo de Turismo. Com foco na cidade de Alto Paraíso - cerca de R\$ 159 mil.
- Município de Buritis/MG - Capacitar os produtores e construção e equipagem de uma fábrica de derivados de mandioca. R\$ 200 mil.
- Açafraão em Mara Rosa - Incentivar a busca de novos mercados e de novas tecnologias. R\$ 110 mil.
- Jaraguá/GO - O APL trabalha, ainda, na capacitação dos empresários, focando a formação, informação e conhecimentos sobre produção. R\$ 120 mil.
- APL do Circuito da Biosfera de Goiás (Chapada dos Veadeiros) - Estruturar o Arranjo Produtivo de Turismo regional associado ao Artesanato. R\$ 159 mil (recursos da Ride para custeio e capital de Águas Emendadas). R\$120 mil.
- APL do Turismo da Costa Leste: valorizar o ambiente rural, a riqueza da fauna e flora do cerrado. Riquezas Mato Grosso do Sul. R\$ 120 mil.
- APL de Cerâmica da Região Norte: Região Norte - Pólo Cerâmico de Rio Verde de Mato Grosso - Coxim - São Gabriel. Cerca de R\$ 167.500mil.
- APL de Mandioca do Vale do Ivinhema: APL tem como meta o desenvolvimento de um sistema de melhoria das espécies/ variedades de rama de mandioca no vale de Ivinhema. R\$ 130 mil.
- APL de Confecções em Rondonópolis: Este arranjo aglomera 25 empresas formais. Emprego 350 pessoas (diretos) e 1000 (indiretos). R\$ 120 mil.
- APL de Móveis em Lucas do Rio Verde: É constituído por cerca de 25 indústrias, gerando aproximadamente 150 empregos diretos. R\$ 120 mil.
- APL de Turismo Pantanal / Chapada dos Guimarães: Parceria com Chapada dos Guimarães com objetivo de desenvolver o turismo na região. R\$ 120 mil.
- APL de Erva-Mate: A ação pretende desenvolver estratégias que permitam consolidar a cadeia produtiva da erva-mate no MS. R\$ 130 mil.

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional
Presidente
Luiz Carlos Everton de Farias
Diretora da Área de Administração
Ana Lourdes Nogueira Almeida
Diretor da Área de Engenharia
Clementino Souza Coelho
Diretor da Área de Produção
Herbert Drummond
Gerente-Executivo da Área de Planejamento
Alexandre Isaac Freire

Superintendentes Regionais
1ª SR
Anderson de Vasconcelos Chaves
2ª SR
Jonas Paulo de Oliveira Neres
3ª SR
Isabel Cristina de Oliveira
4ª SR
Paulo Carvalho Viana
5ª SR
Antônio Nelson Oliveira de Azevedo
6ª SR
Manoel Alcides Modesto Coelho
7ª SR
Hildo Diniz da Silva

EXPEDIENTE

Chefe da Assessoria: Andréa Sekeff
DRT-MA 00433JP
Redação: Anoushe Duarte -
DRT-DF 3876/97 -
Walter Costa - DRT/PI - 1004/97
Colaboradoras: Luciana Guedes,
Saenandoah T. Dutra, Meiry Rolim
Diagramação: Bárbara Bela Editora
Fotografia: José Luiz de Oliveira
DRT-DF 1054/06/70, Altamiro de
Pina DRT-DF 00163 e Banco de
imagens da Codevasf
Revisão: Kátia Maria Teles
Distribuição: Carlos Germano
Tiragem: 06 mil exemplares

CODEVASF HOJE

Periodicidade: Mensal
Endereço: SGAN, Quadra 601,
Conj. I, Ed. Manoel Novaes - CEP
70830-901- Brasília - DF
Telefones: (61) 3225-5604/
3223-8819
Fax: (61) 3223-8819
E-mail: codevasf@codevasf.gov.br
Internet: www.codevasf.gov.br
Impressão: Bárbara Bela Gráfica

Informativo produzido pela Assessoria de Comunicação Social

As matérias deste informativo podem ser reproduzidas, desde que

Desenvolvimento Regional para todo país

As áreas prioritárias dos Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional são sub-regiões atrasadas ou com baixo dinamismo econômico, tendo por principal objetivo o enfrentamento das desigualdades regionais. As metas são o incentivo ao dinamismo econômico, melhoria da infraestrutura econômica e social e o fomento à organização social e institucional. As ações estão focadas em doze Mesorregiões Diferenciadas, no Semi-Árido Nordeste e na Faixa de Fronteira. No transcorrer dos últimos quinze meses um trabalho pioneiro para implementação de iniciativas transversais para desenvolver territórios com problemas de atraso e/ou baixo dinamismo econômico tem sido desenvolvido sob a coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais da Câmara de



Carlos Gadelha, secretário da Secretaria de Programas Regionais

Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, presidida pela Casa Civil, obtendo como resultado a elaboração da Agenda de Compromissos do Governo Federal, envolvendo 23 ministérios e secretarias especiais, com 1191 iniciativas no valor de R\$ 2,5 bilhões. As iniciativas têm priorizado cinco Mesorregiões, nove subespaços nos estados do Semi-Árido Nordeste e cinco cidades gêmeas do Faixa de Fronteira. Desenvolvimento regional é um dos cinco megaobjetivos do Governo Lula (Plano Brasil de Todos - PPA 2004-2007).

Conheça agora os programas que estão em pleno desenvolvimento:

- Investimento de R\$ 434 milhões na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri por meio da ação coordenada de 14 ministérios. Além das significativas ações de política social que superam os R\$ 400 milhões, diversas outras estão voltadas para a transformação da região – que abriga 1,9 milhão de pessoas em municípios mineiros, baianos e capixabas – através da indução de formas alternativas de produção, como é o exemplo a criação da Escola de Lapidador, Artesão de Gemas, Jóias e Artefatos de Pedra e de Mestre em Alambicagem,

resultado de parceria entre o Ministério da Integração Nacional, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Entre as medidas já concretizadas estão a inauguração do Centro Integrado SESI/SENAI de gemas e artefatos de pedras, com 30 alunos capacitados e aproximadamente 1.500 pré-matrículas registradas para a formação de futuras turmas, constituição da Associação de Produtores, Comerciantes e Lapidários de Gemas e Artefatos de Pedras, implantação de uma Central de Inovação, Serviços e Design para criação e acompanhamento de tendências do mercado, implantação de uma Central de Comercialização para elaboração de um plano de negócios, planejamento

estratégico para as atividades de lapidação.

- A Mesorregião do Alto Solimões é um dos doze espaços sub-regionais de atuação prioritária do Governo Federal, cujos investimentos para a promoção do desenvolvimento regional alcançam R\$ 76 milhões. O Ministério da Integração Nacional tem colocado em prática ações para a capacitação de pescadores, o beneficiamento e a melhor negociação de pescado; o beneficiamento da castanha-do-Brasil; e a organização de pólos de produção e comercialização de artesanato indígena. Além disso, lançou recentemente, pedra fundamental da Rádio AM Mesorregional do Alto Solimões na cidade amazonense de Tabatinga, na fronteira do Brasil com a Colômbia. A emissora, que começará a funcionar no primeiro trimestre do próximo ano, integra as Agendas de Compromissos do Governo Federal para a Mesorregião do Alto Solimões, onde é grande a penetração das redes de rádio colombianas e peruanas.

- Liberados recursos na ordem de 722 mil reais para obras turísticas no vale do São Francisco. Desse valor 650 mil foram repassados pelo Ministério da Integração Nacional. Os investimentos serão realizados nos municípios de Lagoa Grande, Petrolina, Orocó e Santa Maria da Boa Vista (PE). Entre as ações previstas estão a implantação de uma enoteca em Lagoa Grande, transformação da antiga estação rodoviária de Orocó em memorial com informações gerais sobre o vale do São Francisco, em Santa Maria da Boa Vista foi escolhida uma antiga casa de farinha para ser recuperada e transformada em ponto turístico.

- 2º Bodemóvel de Pernambuco começou a funcionar em Ouricuri (PE) para apoio aos ovinocaprinocultores. O Laboratório Móvel de Atendimento ao Rebanho permitirá que criadores de cabra e ovelhas de 12 municípios pernambucanos da Mesorregião da Chapada do Araripe melhorem a qualidade genética do rebanho e recebam orientações de manejo. O objetivo é aumentar a produtividade dos criatórios, a qualidade dos derivados, a renda dos produtores e diminuir a mortalidade nos rebanhos.
- Parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o governo do estado do Ceará viabiliza o melhoramento genético do rebanho de ovinos e caprinos na mesorregião da Chapada do Araripe. Foram entregues 117 reprodutores de ovinos e caprinos para o melhoramento genético do rebanho. O projeto Pasto Verde – Desenvolvimento a Caprinovinocultura na Mesorregião inclui assistência técnica aos pequenos produtores, capacitação, difusão tecnológica e compra de equipamentos para a realização dos trabalhos.
- Investimentos da ordem de 914 mil reais foram destinados ao Projeto de Implantação de Viveiros Florestais e Fomento ao Florestamento e Reflorestamento na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, em sete subespaços. A implantação dos viveiros é resultado de parceria firmada entre Ministério da Integração Nacional, Governo Estadual e Prefeituras e já possibilitou inauguração de cinco das sete unidades projetadas.
- O Programa Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) investiu 2,9 milhões de reais em 30 municípios brasileiros em 2004 e em 2005 foram 5,4 milhões de reais para a realização de 54 eventos de capacitação em campo e geração de 162 empreendimentos produtivos, objetivando beneficiar 10.800 famílias. Exemplo de ações do programa: capacitação em campo nos municípios de Piancó e Coremas, localizados em uma região semi-árida da Paraíba, nas áreas de piscicultura, apicultura e caprinovinocultura. A ação contempla cerca de 300 pessoas, além de contribuir para o desenvolvimento local sustentável. A parceria do Ministério da Integração com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Senar-PB prevê capacitação de 52 municípios.
- Outra medida adotada com recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional, foi a implantação do Centro Profissionalizante da Indústria Moveleira em Chapecó - SC, que absorveu 500 mil reais, viabilizados por meio do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e visa capacitar cerca de 400 pessoas nos primeiros 12 meses. O projeto foi desenvolvido a partir de estudos realizados pelo Sebrae, a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina e o Sindicato das Indústrias Madeiras e Moveleiras do Vale do Uruguai.

Projeto São Francisco é justo e auto-sustentável



O Projeto São Francisco – que pretende fazer a integração da bacia do rio São Francisco com as bacias dos rios intermitentes do Nordeste Setentrional – tem o claro objetivo de oferecer segurança hídrica a 390 pequenas, médias e grandes cidades daquela região, cuja população, no ano de 2025, será de cerca de 12 milhões de pessoas. A respeito desse empreendimento, a primeira questão que se levanta é a seguinte: esse projeto é necessário? A resposta é sim. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a vida humana só é sustentável quando há a disponibilidade mínima de 1.500 metros cúbicos de água por habitante/ano (1.500 m³/hab/ano). Em grande parte da região a ser beneficiada pelo projeto, como o agreste pernambucano, essa disponibilidade é inferior a 400 m³/hab/ano, ou seja, menos de um terço do mínimo necessário à sustentabilidade da vida humana, como indica a ONU.

A segunda questão é: o rio São Francisco tem água suficiente para garantir o projeto? A resposta também é sim. O rio São Francisco tem 70% das reservas hídricas renováveis do Polígono das Secas. Os números oficiais, extraídos do Plano Decenal da Bacia do São Francisco e ratificados pela Agência Nacional de Água (ANA), são os seguintes: a vazão média do rio em sua foz é de 2.850 metros cúbicos por segundo (2.850 m³/s); a vazão mínima garantida na foz é de 1.850 m³/s; a vazão mínima, que pode ser também chamada de vazão ecológica, abaixo da barragem de Sobradinho, é de 1.350 m³/s; todo o consumo atual de água na Bacia do rio, incluindo os projetos de irrigação, é de, somente, 91 m³/s; a vazão disponibilizada pelo Plano Decenal da Bacia para os diferentes usos da água do rio é de 360 m³/s; a previsão mais otimista aponta que, em 2025, todo o consumo de água da Bacia do São Francisco, incluindo todos os projetos de irrigação, representará 262 m³/s; assim, em 2025, ou seja, daqui a 20 anos, haverá uma vazão disponível excedente de 98 m³/s.

O Projeto São Francisco captará – abaixo da barragem de Sobradinho, onde a vazão do rio é regularizada –

uma quantidade muito pequena de água: apenas 1,4%, ou 26 m³/s, dos 1.850 m³/s da vazão mínima garantida em sua foz. Essa pequena quantidade de água será suficiente para garantir o abastecimento humano e a dessedentação animal de toda a área a ser beneficiada pelo projeto. Quando, e somente quando, a barragem de Sobradinho estiver cheia ou vertendo, o volume captado poderá ser ampliado até o máximo de 114 m³/s. Quando Sobradinho verte, a vazão do rio chega a registrar picos de até 15 mil m³/s – e todo esse excedente vai para o mar.

No Nordeste Setentrional, integrado pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, onde não há rios perenes, mas só intermitentes (que correm apenas nas épocas chuvosas), foram construídos grandes e médios açudes. Esses açudes permanecem sempre cheios porque não se sabe se, no ano seguinte, haverá uma seca. Ora, permanecendo cheios, eles perdem água pela evaporação. Quando vêm as chuvas, esses açudes, meio cheios, loga vertem, e essa água também é perdida, indo para o mar. Para evitar esse desperdício, o Projeto São Francisco vai permitir a sinergia hídrica e aqui está a grande novidade do empreendimento. O que é a sinergia hídrica? É o seguinte: como já foi dito, grande parte da água dos açudes do Nordeste que hoje se perde pela evaporação, nos anos secos, ou pelo vertimento, nos anos chuvosos, passará a ser aproveitada permanentemente para diferentes usos. Assim, os açudes não precisarão mais permanecer cheios na expectativa de que o próximo ano será de seca. Quando eles forem recarregados pela água das chuvas, as bombas do Projeto São Francisco serão desligadas e só serão religadas quando isso se fizer necessário, ou seja, nos anos secos.

Outro aspecto importante do projeto está ligado à revitalização do rio São Francisco. Até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão da revitalização era apenas um consenso vago, ou seja, todo mundo a favor, mas sem dinheiro e sem projeto. Hoje, por decisão do Presidente da República, a revitalização

do São Francisco é um programa que ganhou o centro das prioridades do Governo Federal, que o incluiu no seu Plano Plurianual. Além disso, o Governo está apoiando a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em tramitação no Congresso Nacional, que destina 0,2% de toda a receita tributária federal para um Fundo de Revitalização do São Francisco, o que, a valores de hoje, significa R\$ 300 milhões por ano.

REVITALIZAÇÃO

Sobre a revitalização do rio São Francisco, as informações mais recentes são estas: o Ministério da Integração Nacional, por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), está investindo, neste ano, R\$ 68,5 milhões em ações de revitalização do rio. Desse total, R\$ 47,4 milhões já estão empenhados e o restante encontra-se em processo de empenho. Entre os projetos beneficiados por recursos já empenhados destacam-se os de saneamento básico (tratamento de esgotos sanitários) das cidades de Cabrobó (R\$ 4 milhões) e Petrolina (R\$ 6 milhões), Salgueiro (R\$ 4,1 milhões) e Santa Maria da Boa Vista (R\$ 2,7 milhões), em Pernambuco; Bom Jesus da Lapa (R\$ 3,9 milhões) e Juazeiro (R\$ 2,1 milhões), na Bahia; Penedo (R\$ 1,3 milhão), em Alagoas; e Pirapora (R\$ 4 milhões), em Minas Gerais.

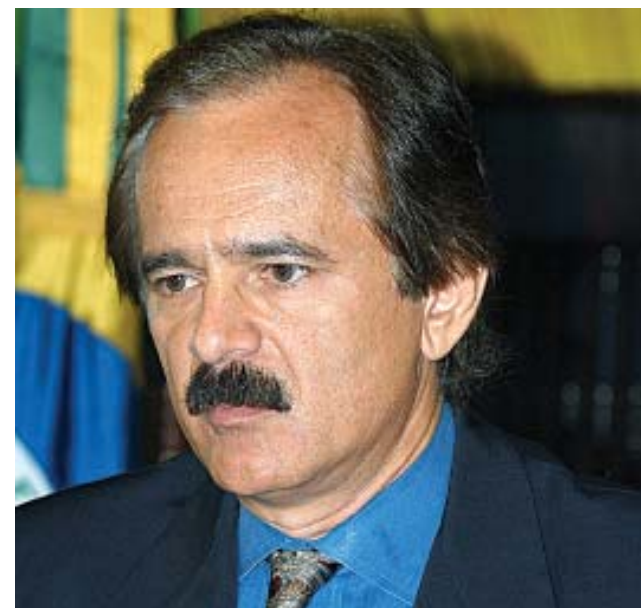
Os empenhos contemplam, também, R\$ 7,7 milhões para a construção, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, de 5 mil cisternas em vários municípios nordestinos; R\$ 3,1 milhões para, em convênio com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ações de reflorestamento de áreas ciliares da bacia do São Francisco (os projetos de assentamento do MST produzirão mudas de árvores que serão usadas no replantio das margens do rio); R\$ 1,4 milhão para a execução, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, do projeto demonstrativo de gestão mineral na bacia do São Francisco.

Estão beneficiados, ainda, os serviços de conclusão da adutora de Salitrinho (R\$ 307 mil), na Bahia; as

obras de construção do dique Cotinguiba/Pindoba, em Sergipe (R\$ 3,9 milhões); os estudos de viabilidade para a construção de barragens de uso múltiplo e de regularização de vazões nas bacias dos rios das Velhas, Paracatu e Urucuia, em Minas Gerais (R\$ 3 milhões); as obras de conformatação do leito do rio São Francisco, em convênio com a Chesf (R\$ 3,8 milhões); a revitalização ambiental dos perímetros irrigados da Codevasf no vale do São Francisco (R\$ 900 mil); o desassoreamento do rio São Francisco no trecho da travessia Neópolis (SE) e Penedo (AL), em convênio com a Prefeitura de Penedo (R\$ 423 mil); o macrozoneamento da Bacia do São Francisco, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente (R\$ 600 mil); e a construção de um barco-escola, em

convênio com a Prefeitura de Ibotirama, na Bahia (R\$ 200 mil).

Estão em curso, neste momento, na Codevasf, os processos de empenho de recursos financeiros orçamentários para as seguintes ações: sistema de tratamento de esgotos da cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais, em convênio com a Prefeitura local (R\$ 2,5 milhões); construção de fossas sépticas nos municípios de Canarana, América Dourada e Barro Alto, na Bahia, e de Morada Nova de Minas, em Minas Gerais (R\$ 404 mil); apoio a projetos de recuperação de áreas degradadas e de proteção e reflorestamento de nascentes (R\$4,1 milhões); configuração de uma rede pluviométrica e de monitoramento da qualidade da água, em convênio com a Agência Nacional de Água (R\$ 800 mil).



Pedro Brito, coordenador do Projeto São Francisco

Recursos hídricos: agricultura irrigada e adutora têm prioridade

No segmento da irrigação, a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH), é responsável pela implementação de ações de infra-estrutura, a finalidade é ofertar áreas com infra-estrutura de irrigação de uso comum para fomentar a agricultura irrigada e, conseqüentemente, aumentar a produção de alimentos, com o objetivo de atender o mercado doméstico e promover a exportação. Nesse contexto, alguns projetos vêm sendo implementados nos últimos anos, envolvendo uma área de, aproximadamente, 130 mil hectares, que trarão, quando em operação, benefícios a uma população de 350 mil habitantes em 35 municípios da região Centro-Norte. Somente no ano de 2005, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 48,7 milhões para a consecução desses empreendimentos. Entre os beneficiários diretos, encontram-se os produtores rurais e os empreendedores do negócio de irrigação:

- Rio Bálsamo em Palmeira dos Índios / AL: 700ha (1ª etapa);
- Luís Alves do Araguaia em São Miguel do Araguaia / GO: 10.790ha
- Três Barras em Cristalina / GO: 1.456ha
- Flores de Goiás em Flores de Goiás / GO: 26.500ha
- Várzeas de Sousa em Sousa e Aparecida / PB: 5.100ha
- Rio Formoso em Formoso do Araguaia / TO: 20.000ha
- São João em Porto Nacional / TO : 3.582ha
- Propertins em Porto Alegre do Tocantins / TO: 5.000ha (1ª etapa) e área piloto de 900ha.

Outro aspecto importante referente à irrigação é que o Ministério vem adotando novos critérios e diretrizes a fim de otimizar a implantação dos projetos da agricultura irrigada. Para isso, vêm sendo priorizados para a conclusão, projetos modulados que permitirão maior agilidade para colocá-los em operação. Associados a esses empreendimentos, estão sendo estabelecidas atividades que transferirão a gestão de diversos perímetros, e que hoje estão sob a gestão da

SIH, da Codevasf e do Dnocs, para o setor privado. Em parceria com estados e organizações da sociedade civil, está sendo feita a avaliação de 73 projetos, que correspondem a uma área de 250.600ha, visando levar benefícios a 300 mil pessoas. Para isso, já foram aplicados R\$ 173 milhões. É bom lembrar que a agricultura irrigada notabiliza-se por gerar empregos a custos bastantes inferiores aos de outros tipos de alternativas.

OFERTA DE ÁGUA

Em relação à infra-estrutura hídrica, estão sendo desenvolvidas ações com vistas à ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e animal e à produção, por meio da construção de barragens, açudes e adutoras e sistemas simplificados de abastecimento. Os principais empreendimentos da SIH envolvem, aproximadamente, a reservação de 621,8 milhões de metros cúbicos de água e 1.035 km de adutoras, que beneficiarão uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes, atendendo em torno de 31 municípios. Em 2005, foram investidos R\$ 14,5 milhões para tais projetos. Alguns exemplos das obras da SIH são:

- Adutora do Canal do Sertão Alagoano em Jacaré dos Homens / AL
- Barragem do Córrego João Leite em Goiânia / GO
- Adutora Italuís em São Luís / MA
- Adutora e Barragem do Poço do Marruá em Patos do Piauí / PI
- Barragem Santa Maria Ulghin em Camaquã / RS
- Adutora e Barragem de São Bento em Siderópolis / SC
- Barragem Manoel Alves em Porto Alegre do Tocantins / TO

Ainda no contexto do abastecimento, cabe ressaltar as ações do Programa Proágua Semi-Árido, implementado em parceria com os estados e municípios, com aporte financeiro do Banco Mundial

(BIRD) e *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC). Os investimentos previstos são da ordem de US\$ 330 milhões, sendo 60% financiados pelo BIRD, 21% pelo JBIC e 19% pelos Governos Federal e Estaduais. “O Programa abrange a implantação de 45 sistemas simplificados de abastecimento, que atenderão cerca de 120 municípios e propiciarão benefícios a 4 milhões de habitantes, com a construção de, aproximadamente, 1.900 km de adutoras e de uma barragem com acumulação de 193 milhões de metros cúbicos de água. Desde o seu início, já foram investidos R\$ 191 milhões para a conclusão de vinte obras, levando benefícios a um milhão de habitantes em 156 localidades da região do Semi-Árido. No exercício de 2005, R\$ 42,4 milhões já foram destinados à implementação do Programa.

Ainda em execução, destacam-se, no Proágua Semi-Árido, os seguintes projetos:

- Adutora do Feijão – 3ª etapa em Ibipeba (e mais 13 localidades) / BA
- Sistema Integrado de Abastecimento Planalto e Barra do Choça em Planalto e Barra do Choça / BA
- Adutora Gavião-Pecém na Região Metropolitana de Fortaleza / CE
- Adutora de Lavras da Mangabeira em Lavras da Mangabeira / CE
- Sistema de Abastecimento Araçuai em Araçuai (e mais 28 localidades) / MG
- Adutora do Congo em Monteiro (e mais 10 localidades) / PB
- Adutora Luís Gonzaga em Bodocó (e mais 15 localidades) / PE
- Adutora do Garrincho em Teresina (e mais 14 localidades) / PI
- Adutora Serra de Santana (Lagoa Nova) e Tenente Laurentino (e mais 92 localidades) / RN
- Sistema Integrado Alto Sertão e Sertaneja em Aquidabã (e mais 22 localidades) / SE

A questão regional é nacional

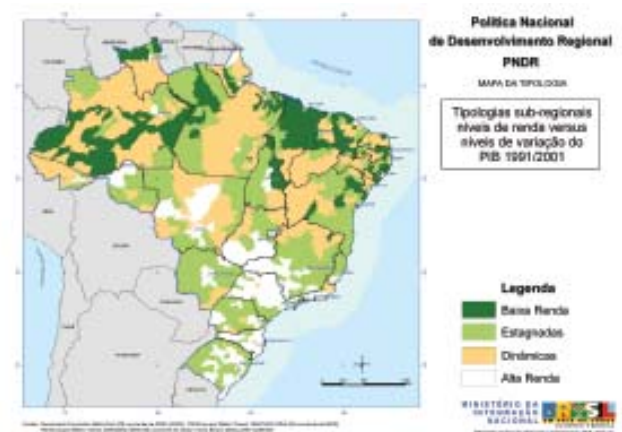
A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, tem por objetivo principal a redução das desigualdades regionais e o apoio ao desenvolvimento das regiões brasileiras, na busca de uma melhor exploração dos potenciais que emergem da rica diversidade regional do país. Nasce como uma política nacional, que cobre todo o nosso território, e como uma política abrangente de governo, que não é apenas de um único ministério. Contempla múltiplas escalas geográficas, para melhor acomodar sua agenda de ações voltadas essencialmente à dinamização econômica e ao apoio à organização sócio-produtiva das regiões. Prevê a articulação das ações federais com as dos demais entes da federação, criando um espaço promissor para que possa prosperar a cooperação federativa.

A PNDR parte de uma tipologia de microrregiões que mede, objetivamente, a dimensão relativa do problema afeta a cada

preferencialmente à escala mesorregional, pois é a que melhor se adequa aos objetivos da política e à agenda de ações. Há dois ganhos importantes e inovadores: de um lado, o envolvimento decisivo dos atores na base do território; de outro, melhores condições de conveniamento entre os entes federados, com a solidarização do apoio a essas iniciativas. A expectativa é a de que a organização das ações em torno de programas mesorregionais muda sensivelmente a qualidade da resposta que se pode obter com as ações de desenvolvimento regional.

Na PNDR prevalece uma divisão de tarefas e de missões institucionais que permitem dialogar com os olhares que as várias políticas dedicam ao território. A agenda preferencial de iniciativas voltadas ao apoio ao desenvolvimento regional é complementada, “acima”, pelas ações voltadas à infra-estrutura de grande envergadura, que

renda domiciliar por habitante como para os valores do PIB das unidades microrregionais utilizados para calcular sua taxa geométrica de crescimento. Adicionalmente, nos cinco estados que apresentam os maiores tamanhos médios municipais do país, todos na região Norte, adotou-se a unidade municipal como referência da tipologia, mantida a coerência microrregional da distribuição das variáveis. As comparações entre as posições relativas das microrregiões tornaram-se mais robustas e significativas e a consideração objetiva dos problemas regionais brasileiros.



unidade territorial. Sugere um início de diálogo com a questão regional, seja no que respeita as desigualdade entre as mais e as menos aquinhoadas – através do indicador de renda domiciliar por habitante – e entre os que estão mais ou menos dinâmicos na trilha da transformação socioeconômica – a partir da taxa geométrica de crescimento do PIB da unidade na última década.

DIMENSÕES CONTINENTAIS

As estratégias de desenvolvimento regional para as regiões em que o problema é mais agudo, como no Norte ou no Nordeste do país, ainda são definidas na escala macrorregional. Num país de dimensões continentais e de desigualdades físico-territoriais e socioeconômicas gigantescas, que dificultam a convergência entre os projetos de desenvolvimento, é importante organizar as estratégias nesta dimensão. As iniciativas operacionais se materializam

tem poder de ordenar o desenvolvimento no território, ou ainda, “abaixo”, pelas ações que se atrelam aos objetivos sociais de um amplo espectro de políticas que se orientam diretamente para os indivíduos. no campo da infra-estrutura, a PNDR defende sobretudo investimentos que propiciem uma melhor dotação de regiões hoje praticamente excluídas de seus benefícios. Nas áreas de política social, a mesma PNDR olha com maior atenção para as regiões onde os problemas sociais possuem expressão na população.

AVANÇOS PNDR

Em primeiro lugar, do mapa original da tipologia construído no início dos debates evoluímos para uma versão atual que incorpora grandes avanços metodológicos. O mapa novo apresenta as mesmas variáveis originais com a adoção do critério da paridade do poder de compra, tanto para a

Como resultado, os limites de financiamento estabelecidos na programação dos fundos constitucionais agora respeitam a lógica associada à tipologia microrregional da PNDR e, ainda mais significativo, o BNDES modificou sua visão regional que agora também se referencia a partir do novo mapa da política.

No que diz respeito aos programas regionais, o papel exercido pelo grupo de trabalho interministerial da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional propiciou a construção de agenda de ações do governo federal que montam a R\$ 2,5 bilhões de aplicações em 2005. Os cinco programas mesorregionais priorizados – Alto Solimões, Chapada do Araripe, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Grande Fronteira do Mercosul e metade sul do Rio Grande do Sul – junto com o programa Faixa de Fronteira – enfatizando cinco cidades-gêmeas nela situadas – e o programa do Semi-Árido, compõem agora uma agenda complexa de iniciativas governamentais dos vários ministérios que ajudam a reforçar e consolidar as orientações e diretrizes da PNDR, abrindo espaço para uma nova concepção das ações que se voltam ao território.

Por fim, cabe registrar o avanço decidido das operações de crédito dos fundos constitucionais de financiamento, que saltaram de R\$ 2,5 bilhões, em 2002, para R\$ 5,7 bilhões em 2004, cifra esta que deve ser superada em 2005. Essa evolução foi particularmente expressiva no Nordeste em que decuplicaram-se as aplicações oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Realinhamento Estratégico da Codevasf

A Codevasf exerce papel fundamental como indutora do desenvolvimento, na busca pela redução das desigualdades econômicas e sociais nas regiões dos vales do São Francisco e do Parnaíba. Para concretizar essa visão, o Projeto de Realinhamento Estratégico da Companhia foi concebido de acordo com a opinião dos empregados. Para a elaboração das linhas mestras do Projeto foram realizadas mais de uma centena de reuniões de trabalho que incluíram, entrevistas, apresentações e dinâmicas. Mais de 300 pessoas participaram desse processo, entre eles diretores e gerentes, técnicos na sede, os 7 superintendentes das regionais e pelo menos 20 técnicos em cada uma das regionais, além de gestores do Ministério da Integração Nacional.

O Projeto parte do princípio de que os empregados devem atuar como agentes de transformação organizacional, para oferecer aos diversos parceiros da Codevasf (servidores públicos, produtores, empresários, sociedade e outros), serviços e produtos de qualidade que atendam às demandas desse ambiente.



O Projeto adota um modelo de implantação participativa, ou seja, os empregados podem constatar que o que está sendo implantado é fruto de um processo democrático.

O processo de gestão da transformação da Codevasf precisará cumprir objetivos que incluem exercitar a execução estruturada de projetos de melhoria interna, disseminar a cultura de resultados e identificar talentos potenciais. Também fazem parte do Projeto capacitar e criar a cultura do agente de desenvolvimento que possa atuar na transformação das regiões.

Uma série de providências está em andamento para concretizar as ações do Realinhamento Estratégico da

Companhia. O Projeto atende às necessidades de atualização e modernização em sintonia com as mudanças estruturais da sociedade além de representar uma demanda legítima dos empregados da Companhia. Por fim, o Projeto deverá ter a comunidade diretamente beneficiada com a reestruturação. A dinâmica adotada para o trabalho requer atuar de forma concreta com as pessoas que estão nas regiões, envolvidas com as ações da Empresa.

Transferência de Gestão

A transferência de gestão dos perímetros traz uma série de vantagens, como a canalização dos recursos públicos para novos projetos, economia de investimentos e, melhor, o produtor passa a gerenciar seu próprio negócio. O Governo não se ausenta do processo, ele acompanha, passo-a-passo, fiscalizando o desenvolvimento das ações. Mesmo com a transferência, o princípio da Codevasf permanece: desenvolvimento regional, geração de emprego e produtividade. É na Área de Produção que se encerram todos os investimentos da Companhia. Há 26 projetos de irrigação em produção dentro do vale do São Francisco e mais outros empreendimentos. Somente o Nilo Coelho, o maior de todos os perímetros em operação, com 20 mil hectares, possui mais de 40 mil pessoas residindo na área.

As primeiras transferências de gestão de três perímetros ganham destaque neste ano – Pirapora e Lagoa Grande (MG) e o projeto Tourão (BA). A transferência da gestão acontece gradativamente na medida em que as organizações de produtores conseguem administrar, operar e manter o perímetro com seus próprios recursos, principalmente arrecadados da tarifação da água. A sistemática de emancipação dos perímetros irrigados, adotada pela Codevasf, prevê um período de co-gestão, quando as áreas não estão totalmente ocupadas. O período de autogestão só ocorre quando a organização passar a independe da Codevasf. A meta desse programa é que todos os perímetros tenham a gestão transferida nos próximos sete a oito anos.

2005: Lagoa Grande, Tourão, Pirapora

2006: Curaçá I, Ceraima, Mandacaru e Maniçoba

2007: Curaçá II, Jaiba, Gorutuba, Barreiras Norte, Formoso, Nupeba/Riacho Grande, Bebedouro e Nilo Coelho.

2008: Estreito I/III e Mirorós



Presidente da Codevasf, Luiz Carlos Weverton de Farias

Recursos Empenhados

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, encerra 2005 com os recursos empenhados de forma produtiva, através de projetos que buscam gerar crescimento e riqueza para as regiões de atuação. “Estamos terminando o ano com todos os recursos disponíveis empenhados, isso representa competência e determinação em fazer”, afirmou o presidente da Companhia, Luiz Carlos Weverton de Farias. Entre as ações desempenhadas ganham destaque os investimentos realizados no Programa de Revitalização do São Francisco, Transferência de Gestão dos perímetros públicos de irrigação, Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento da Agricultura Irrigada e Proágua Infra-estrutura.

Restrospectiva

MONTES CLAROS - MG

Janeiro – Revitalização do rio Gorutuba
Fevereiro – Realizados serviços de limpeza e revitalização do rio Gorutuba
Março – R\$ 21 milhões durante lançamento do Programa de Irrigação do Projeto Jaíba.
Abril – Convênio com o governo de Minas Gerais na área dos projetos de irrigação Jaíba e Jequitaiá
Maio – Dez tanques-rede entregues em Matias Cardoso, no âmbito do Programa de APLs
Junho – Sorteados lotes para assentamentos de 201 novos colonos no projeto Jaíba
Julho – Nova Porteira ganha Unidade do Telecentro de Inovação e Negócios da Fruticultura
Agosto – Apresentação dos resultados dos APLs na área de piscicultura no norte de Minas Gerais
Setembro – Anunciada a construção de 1.500 cisternas para beneficiar 33 municípios
Outubro – Realizada audiência pública sobre barragem do Jequitaiá
Novembro – 205 Mini-Estações de Tratamento e Distribuição de Água beneficiam o Projeto Jaíba.
Dezembro – Outorgada Medalha do Mérito Legislativo ao superintendente Anderson Chaves

BOM JESUS DA LAPA - BA

Janeiro – Parceria com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa para limpeza urbana
Fevereiro – Programa de Revitalização realiza estudos da bacia do rio Jacaré.
Março – Agência Baiana de Fomento discute financiamentos para o APL do Projeto Barreiras
Abril – Anunciados R\$ 6 milhões para a viabilização do Projeto de Irrigação Formoso

Maio – Obtidos R\$ 30 Milhões do Banco do Brasil para produtores.
Junho – Acontece a Agrishow, a maior feira de agronegócios do Brasil.
Julho – Empresa discute produção do biodiesel em Paris.
Agosto – ações do Núcleo de Articulação do Programa de Revitalização beneficia a Bahia
Setembro – Testes na Estação de Bombeamento do Baixo de Irecê - Biodiesel.
Outubro – Expedição São Francisco faz reconhecimento da situação do rio.
Novembro – Legalização das áreas de conflito com apoio do Inbra e Beiradeiros.
Dezembro – I Festival EcoCultural para a Revitalização do São Francisco (Xingó).

PETROLINA - PE

Fevereiro – Peixamento com mais de um milhão de alevinos no São Francisco.
Março – Mais de um milhão de alevinos produzidos na Estação de Piscicultura de Bebedouro.
Abril – R\$ 8 milhões liberados pelo Ministério da Integração para revitalização dos perímetros.
Maio – Entrega de certificado de capacitação em apicultura e ovinocaprinocultura.
Junho – Construção de 140 casas para índios Truká e recuperação de estrada principal.
Julho – Realizada audiência pública com irrigantes do Perímetro Senador Nilo Coelho.
Agosto – R\$ 4 milhões para implantar sistema de esgotamento sanitário da cidade.
Setembro – Convênio com a Prefeitura de Petrolina para o sistema de esgotamento sanitário.
Outubro – Culturas alternativas, parceria com a Embrapa. Entre as espécies, a oliveira.
Novembro – Serviços de assistência técnica para os Perímetros de Irrigação de Petrolina.
Dezembro – Participou da Festa do Vinho e da Uva do Vale do São Francisco, 4º Vinhuva Fest.

PENEDO - AL

Janeiro – Homenagem ao Bom Jesus dos Navegantes: 600 mil peixes lançados no Velho Chico.
Fevereiro – Ajuda aos municípios atingidos por fortes chuvas no Baixo São Francisco alagoano.
Março – Projetos para revitalização do São Francisco entregues ao Ministério do Meio Ambiente.
Abril – Comunidade do Projeto Marituba é contemplada com eletrificação rural.
Maio – Comunidade indígena Cariri-Xocó recebe treinamento para engenheiros em piscicultura.
Junho – Capacitado técnicos do Núcleo de Articulação para a Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco (NAP)
Julho – Inaugurada a Unidade de Capacitação do Projeto Amanhã em Arapiraca.
Agosto – Convênio com o Distrito de Irrigação de Itiúba no valor de R\$ 260 mil.
Setembro – Convênio de R\$ 1 milhão 426 mil reais para rede de esgoto de Penedo
Outubro – Lançado o selo “São Francisco – O Rio da Integração Nacional”
Novembro – Concluído diagnóstico sobre piscicultura do Baixo São Francisco alagoano.
Dezembro – Lançado R\$ 1 milhão de espécies nativas de peixes na APA de Marituba do Peixe.

ARACAJU - SE

Janeiro – Pescadores e produtores capacitados no âmbito do Projeto de Desenvolvimento do Processamento e Comercialização da Tilápia.
Fevereiro – Foi promovido seminário da Tilápia
Março – Escolas de Aracaju e interior sergipano são beneficiadas com educação ambiental.
Abril – Exposição sobre Projeto Xingó para parlamentares e dirigentes de órgãos federais e do Estado
Maio – Participação na formulação do Guia Sergipe Trade Tour.
Junho – Participação no IX Seminário Nordeste de Pecuária.
Julho – Realizada oficina de capacitação para gestão do Turismo Sustentável na Região do Xingó
Agosto – Curso de Reciclagem sobre APLs e Tecnologia de Produção de Alevinos, em Neópolis.
Setembro – Concluída a análise do Censo Aqüícola para diagnosticar o atual cenário da aqüicultura no Estado.
Outubro – Foi inaugurada Unidade de Beneficiamento de Pescado de Propriá



Novembro – Participação na Expo Sergipe
Dezembro – Promovido V Feirão de Artesanato e Produtos Regionais do Baixo São Francisco

JUAZEIRO - BA

Janeiro – Lançados projetos nas áreas de apicultura e caprinocultura como de APLs.
Fevereiro – Implantação de APL de apicultura em Remanso (BA).
Março – Comercialização da manga é debatida pela Codevasf e Sebrae.
Abril – Promovido 1º Workshop Regional sobre Comercialização de Manga.
Maio – Pequenos produtores e pescadores são capacitados a partir do uso de tanques-rede.
Junho – Agraciada com o Prêmio Bahia Ambiental 2005
Julho – Sediou curso de Produção Integrada de Melão para o Submédio São Francisco.
Agosto – FAO Toscana visita o sertão do São Francisco para ver de perto Projeto Dois Irmãos.
Setembro – Visita de cientistas alemães para conhecer investimentos visando a acordos de cooperação técnica.
Outubro – Apóia a realização de rodada internacional de negócios na área da fruticultura durante a Fenagri.
Novembro – Rabobank concluiu estudo sobre a cadeia agroindustrial das frutas de Juazeiro e Petrolina.
Dezembro – Palestra sobre incentivos especiais de redução e reinvestimento do Imposto de Renda.

TERESINA - PI

Janeiro – Definição dos projetos prioritários para a região.
Fevereiro – Definição das propostas para o desenvolvimento do Território do Alto Parnaíba.
Março – Propostas para território do Alto Parnaíba.
Abril – Macrozoneamento ecológico-econômico é apresentado a autoridades no Piauí.
Maio – Ponte dos Milagres, sobre o Rio Sambito, é inaugurada, atendendo antiga reivindicação.
Junho – Realizado 1º Seminário de Fortalecimento da Aqüicultura no Baixo Parnaíba.
Julho – Participou do V Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva.
Agosto – O presidente da República inaugurou a Usina de Biodiesel de Floriano (PI).
Setembro – Projeto Marrecas certificado no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais.
Outubro – Realizada a primeira despesca do projeto de piscicultura em tanques-rede, em Bocaina (PI)
Novembro – Promovido debate sobre a implantação do Programa de Desenvolvimento Florestal do Piauí
Dezembro – Inaugurado Núcleo de Caprinos e lançado Programa de Culturas Alternativas.

